

Universidades da Terceira Idade: dimensão educativa e social

Luísa Carvalho
Maria Fonseca da Silva

Resumo

Deparamo-nos, em Portugal, com uma nova realidade, na qual se evidenciam o aumento da longevidade e o envelhecimento populacional.

As novas características da população implicam repensar o perfil das entidades reconhecidas formalmente pelo Estado como respostas sociais para os idosos e a sua capacidade para (cor)responder às necessidades e interesses dos mais velhos.

As Universidades da Terceira Idade (UTI) constituem uma resposta socioeducativa, promovendo o *empowerment*, o convívio em detrimento da solidão, e o bem-estar físico e psíquico dos mais velhos. Muitos idosos parecem encontrar, nestas instituições, resposta para as suas necessidades de integração social, reconhecendo-se e valorizando-se os saberes adquiridos ao longo da vida. No entanto, as UTI não são reconhecidas pelo Estado como uma resposta social.

Com o intuito de se contribuir para a investigação nesta área, pretende-se, através de um estudo de caso, evidenciar, além do papel educativo, o papel social das UTI, nomeadamente da Universidade Sénior de Monforte.

De referir que também a Associação Rede de Universidades da Terceira Idade (RUTIS) se move, presentemente, pelo reconhecimento social das mesmas através de uma petição pública.

Palavras-chave: aprendizagem ao longo da vida; envelhecimento ativo; resposta social.

Abstract

We are faced, in Portugal, with a new reality, in which are evidenced the increased of the longevity and of the population aging.

The new population characteristics imply rethinking the profile of entities formally recognized by the state as social responses to the elderly and their ability to respond to the needs and interests of older people.

The universities of the third age constitute a social and educational response, promoting the empowerment, the conviviality to the detriment of loneliness and physical and mental wellbeing of older people. Many seniors seem to find in these institutions answer to their needs for social integration, recognizing and valuing the knowledge acquired throughout life. However, the universities of the third age are not recognized by the state as a social response.

In order to contribute to research in this area, it is intended, through a case study, highlight the educational and the social role of universities of the third age, including the Senior University of Monforte.

Also noted that the Network Association of Universities of the Third Age (RUTIS) moves at present by social recognition of the universities of the third age through a public petition.

Keywords: lifelong learning; active aging; social response.

I – Enquadramento Teórico

1. Envelhecimento: fatalidade ou vitalidade

O envelhecimento apresenta-se, segundo Cabral e Ferreira (2014, 11) «(...) como um dos problemas cruciais do século XXI», sendo que «as últimas décadas do século passado registaram um aumento ininterrupto do número de pessoas idosas que transformou as sociedades mais desenvolvidas em sociedades envelhecidas». O panorama, segundo as projeções demográficas,

tem tendência em se acentuar, prevendo-se que, em 2050, três em cada dez residentes terão 65 ou mais anos.

A visão em torno do envelhecimento tem, no entanto, e embora a um ritmo distinto das próprias alterações demográficas, sofrido alterações, deixando de ser entendida necessariamente como uma fatalidade ou uma mera questão numérica. Efetivamente, nas últimas décadas acentuaram-se os estudos em torno do envelhecimento, evidenciando-se a necessidade de se equacionar o papel dos idosos na sociedade e as condições que lhe são proporcionadas, desenvolvendo-se respostas ajustadas aos seus interesses e necessidades. Ainda assim, «o maior problema, porventura, é o do lugar da velhice na sociedade. (...) Assiste aos mais velhos o direito à representação e à participação social e política. Reposicionar o idoso no conjunto do sistema (...) constitui um desafio que as sociedades envelhecidas enfrentam» (Cabral e Ferreira, 2014, p.12). Os mesmos autores frisam a urgência de, a fim de evitar a marginalização, se criarem condições para que os idosos se sintam motivados a prolongar a vida ativa.

Envelhecimento não se deve apresentar, pois, como sinónimo de inatividade, inutilidade ou perda total de capacidades, pelo que, reconhecendo que a educação é permanente, que a aprendizagem se faz ao longo da vida, a educação pode constituir-se como uma mais-valia para os idosos, fomentando a construção de novos objetivos e projetos de vida. Efetivamente, a aprendizagem ao longo da vida diz respeito a «toda a atividade de aprendizagem em qualquer momento da vida, com o objetivo de melhorar os conhecimentos, as aptidões e competências, no quadro de uma perspetiva pessoal, cívica, social (...)» (Castro e Imaginário, 2011, p.109). Ao encontro desta ideia, a Comissão Europeia (2002, cit. Cabral e Ferreira, 2014) destaca precisamente que, tendo em vista promover o envelhecimento ativo, importa desenvolver um conjunto de práticas que englobam a educação e a formação ao longo da vida.

Equacionar o envelhecimento implica, por conseguinte, pensar não (só) em termos de problemas, como também de desafios e potencialidades. No tocante às condições e qualidade de vida dos idosos, a área da educação, e neste caso em concreto da gerontologia educativa, pode assumir um papel essencial, seja atuando ao nível da consciencialização da sociedade para a questão do envelhecimento, seja na formação de técnicos e profissionais para atuar junto desta faixa etária, seja ainda no âmbito da implementação, em si, de atividades para e com idosos.

Assume, neste enquadramento, preponderância, a proposta de Lemieux (1997, cit. por Osório, 2007) ao apresentar, como forma de resposta da sociedade à população idosa, a transição de um modelo meramente “assistencial” (centrado na resposta ao nível de

equipamentos, como lares, centros de dia, residências e apoio domiciliário) para um modelo “sociocompetente” (centrado na implicação em atividades de aprendizagem, em novos desafios, novas vias de formação). «(...) O objetivo (...) é permitir que todas as pessoas, particularmente as de idade mais avançada, desempenhem um papel próprio na sociedade, assumindo livremente os seus deveres e direitos (...)» (Osório, 2007a, p.25).

Ao encontro da proposta de Lemieux, Cabral e Ferreira (2014, p.18) sublinham que «(...) o principal argumento a favor do envelhecimento ativo evidencia a necessidade de assegurar a inclusão social das pessoas que envelhecem e de garantir a sua presença na vida coletiva». Evidenciam igualmente que «as políticas que promovem o envelhecimento ativo conheceram recentemente um forte impulso (...) através da promoção da aprendizagem ao longo da vida, da participação em atividades (...)» (p.101).

Entre outras iniciativas, importa, por conseguinte, considerar a emergência de atividades e programas educativos direcionados aos mais velhos.

2. As Universidades da Terceira Idade

1.1. Ao encontro das UTI

Enquadradas no conceito da aprendizagem ao longo da vida, bem como nos princípios da gerontologia educativa, as Universidades da Terceira Idade (UTI) são um modelo de formação de seniores com grande sucesso a nível mundial que proporciona aos idosos, um grande leque de atividades culturais, recreativas, científicas e de aprendizagem. Ao encontro desta ideia, Néri e Cachioni (1999) referem o facto de em todo o mundo ser significativa a procura de atividades educativas por parte dos adultos idosos, nomeadamente as relativas aos programas oferecidos em UTI. Ainda assim, convém ter presente que

a ocupação do tempo durante a inatividade, a partilha de sociabilidades, o envolvimento em atividades coletivas ou a prossecução de interesses pessoais dependem, em grande parte, dos condicionalismos cognitivos, sociais, de saúde e motivacionais que se desenvolvera ao longo das biografias pessoais, tendo como pano de fundo enquadramentos geracionais e históricos precisos que estabelecem determinações e condicionam o desenvolvimento dos processos de envelhecimento. (Cabral e Ferreira, 2014, p.17)

Trata-se, portanto, de uma questão também pessoal, social, cultural, pelo que a emergência de atividades e programas educativos direcionados aos mais velhos, tais como as UTI, assume contornos específicos em função do contexto onde se procede à (tentativa de) implementação, não obstante as diretrizes até de entidades internacionais.

Considerando o surgimento das UTI, de referenciar que, a partir de 1975, se assistiu à sua proliferação pelo mundo, existindo, desde essa data, uma Associação Internacional de Universidades da Terceira Idade (AIUTA), reconhecida por organizações internacionais de referência, como a ONU (Organização das Nações Unidas), a OMS (Organização Mundial de Saúde) e a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura).

A dinâmica e funcionamento das UTI é, atualmente, vasto de país para país e até de localidade para localidade, pelo que é possível existirem, na mesma região, duas UTI a operarem de maneira distinta, ora mais direcionadas para a vertente do convívio, ora assumindo uma matriz mais formativa. Cada universidade deve decidir a sua linha de atuação e organizar-se em conformidade. O mais importante é, conforme afirma Jacob (2013), as UTI serem universidades “da” terceira idade, em vez de universidades “para a” terceira idade. Os seniores podem, dependendo também do modelo de organização, desempenhar nestas organizações até três papéis em simultâneo: alunos, professores e dirigentes.

Segundo Cristianini (2001, cit. por Jacob, 2012), os objetivos das UTI visam fomentar a integração e permanência dos idosos nas estruturas sociais, bem como contribuir para o seu bem-estar, nomeadamente no que às questões de saúde respeita.

Formosa (2000) aponta para o facto de a frequência das UTI concorrer para que as pessoas que se encontram sós se (res)socializem, permitindo a formação de novos grupos e estimulando um aumento do interesse pela vida.

Existem, no mundo, conforme já referido, diferentes lógicas de organização das UTI. De acordo com Cachioni (1999), o crescimento das UTI processa-se em torno de dois modelos: o francês e o inglês. O primeiro modelo associa, segundo Jacob (2013), as UTI às universidades formais, enquanto o modelo britânico se desenvolveu, essencialmente, em torno de associações sem fins lucrativos ou de grupos auto-organizados.

1.2. As UTI no contexto português

As UTI constituem-se, em Portugal, como «(...) a resposta socioeducativa, que visa criar e dinamizar regularmente atividades sociais, educacionais, culturais e de convívio, preferencialmente para e pelos maiores de cinquenta anos. As atividades educativas realizadas são em regime não formal, sem fins de certificação e no contexto da formação ao longo da vida» (Jacob, 2012, p.16).

A maioria das UTI portuguesas inspirou-se no modelo inglês, que assenta numa maior abertura à participação dos utentes, aproximando mais professores e alunos. Constitui-se como um modelo mais livre e independente, no qual, além da vertente de ensino, os programas

fomentam as vertentes sociais e recreativas. Os professores exercem, quase sempre, a sua atividade em regime de voluntariado.

O modelo britânico é o único a operar numa base de ajuda mútua. Nem os professores, nem os dirigentes são pagos, exceto em circunstâncias excecionais. Os professores e os líderes dos grupos oferecem voluntariamente os seus préstimos e qualificações. As aulas são informais, dadas pelos próprios membros, gratuitamente a nível local. (Thompson, 1995, cit. por Jacob, 2012, p.25)

Semelhantes ao modelo francês, têm surgido, desde 2009, alguns projetos. O modelo francês «(...) tem por base logística uma universidade formal (os professores e os recursos); privilegia a investigação e pode criar cursos superiores e de pós-graduação para seniores, o que pressupõe exigências culturais para o acesso» (Jacob, 2013, p.9). De entre os projetos que têm emergido na linha deste modelo, de fazer referência ao programa 60+ do Instituto Politécnico de Leiria, ao Instituto de Estudos Académicos para Seniores da Academia de Ciências de Lisboa ou ao Programa de Estudos Universitários para Seniores da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Enquadrada neste modelo, em articulação com o Instituto Superior de Línguas e Administração (Funchal), a RUTIS lançou ainda, em 2012, destinada apenas a seniores, a I Pós-graduação em Cidadania Ativa.

Página | 52

A grande maioria das UTI portuguesas optou pela designação “Universidade Sénior”. Mencionar, no entanto, que, inicialmente, a designação mais habitual era “Universidade da Terceira Idade”. A primeira UTI criada, em Portugal, em 1976, foi a Universidade Internacional da Terceira Idade de Lisboa. Seguiram-se, em 1979, a Universidade Popular do Porto e a Academia de Cultura e Cooperação de Lisboa (Fundada pela União das Misericórdias Portuguesas).

Uma das primeiras referências oficiais às UTI surge, na década de 80 do século passado, no âmbito do Programa do IX Governo Constitucional (1983/85), apresentando-se como medida para o «cidadão de terceira idade, não de terceira classe (...) [o] apoio, dentro dos meios disponíveis, às universidades da terceira idade» (Assembleia da República, 1983, p.32-33).

Não obstante terem surgido na década de 70, e das referências oficiais, o número e a localização de UTI, no nosso país, permaneceu, durante muito tempo, circunscrito a Lisboa e ao Porto. A verdadeira explosão de UTI ocorreu no início do século XXI, alcançando, em 2011, as 192 e mobilizando cerca de 30.000 alunos. Este aumento deveu-se, de acordo com Jacob (2013): a) à consciencialização pelo Estado e pela sociedade do papel dos mais velhos; b) ao envelhecimento da população; c) a uma maior exposição nos média das UTI; e d) à existência de uma rede organizada, a RUTIS.

A criação e o funcionamento das UTI, em Portugal, estão estabelecidos no Regulamento Geral das UTI e são aprovados pelos dirigentes nas reuniões magnas da RUTIS. No presente (2014), as UTI portuguesas, espalhadas por todo o país, mobilizam diariamente, 36.500 alunos com mais de 50 anos, 220 instituições, 4.200 professores voluntários e dezenas de dirigentes.

Segundo o Guia Técnico da RUTIS (Jacob, 2012a), a maior parte das universidades seniores é juridicamente caracterizada por associações sem fins lucrativos e 40% foram criadas pelos próprios seniores. Existem também Universidades Seniores que são geridas por: Autarquias, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Rotários ou Escolas Profissionais. Funcionam fora do sistema escolar, promovem a aprendizagem não formal e os professores tendem a ser voluntários.

A RUTIS assume «(...) como visão criar novos projetos de vida para os seniores e como missão: promover o envelhecimento ativo; defender, representar e dinamizar as Universidades seniores e incentivar a participação social dos mais velhos» (Jacob, 2012, p.4).

1.3. As UTI enquanto respostas sociais

Monteiro e Neto (2008, p.57) afirmam que «(...) a maioria dos problemas da velhice não está nas pessoas, mas nas estruturas sociais que precisam de se ajustar à realidade do mundo contemporâneo».

Tendo em consideração a realidade portuguesa, de referir que, em conformidade com o artigo 3º do Decreto-Lei nº33/2014, «consideram-se de apoio social os estabelecimentos em que sejam prestados serviços de apoio às pessoas e às famílias, independentemente de estes serem prestados em equipamentos ou a partir de estruturas prestadoras de serviços que prossigam os objetivos do sistema de ação social», ou seja, que garantam «(...) direitos básicos dos cidadãos e a igualdade de oportunidades, bem como promover o bem-estar e a coesão sociais» (Alínea 1, artigo 26º, Lei n.º4/2007). Ao nível do apoio à pessoa idosa, são consideradas respostas sociais: centro de convívio, centro de dia, centro de noite e estruturas residenciais para pessoas idosas (artigo 4º, Decreto-Lei nº33/2014).

Daniel (2009) lembra, no entanto, que as mudanças demográficas suscitam novos desafios, exigindo novas respostas sociais orientadas para a diversidade, bem como para a complexidade, da população idosa, atendendo às suas necessidades e situações específicas. Tal, remete para a necessidade de uma ação integrada ao nível da mudança de comportamentos e atitudes da população em geral, o que implica, entre outros, o apoio social às novas realidades.

No Guia Técnico das UTI – artigo 1º (Jacob, 2012a, p.6) pode ler-se que a «Universidade da Terceira Idade é a resposta social, que visa criar e dinamizar regularmente atividades sociais,

culturais, educacionais, de convívio, preferencialmente para e pelos maiores de 50 anos». No entanto, oficialmente as UTI não são reconhecidas enquanto resposta social. Em termos legislativos, a resposta social reconhecida que mais se aproxima das UTI é o centro de convívio.

Se atendermos à definição do Instituto da Segurança Social (ISS, 2013, p.6), a resposta social centro de convívio, considerada no Decreto-Lei nº33/2014, diz respeito a um «estabelecimento onde se organizam atividades recreativas e culturais que envolvem pessoas idosas daquela comunidade». Assume, como objetivos, «prevenir a solidão; incentivar a participação e incluir os idosos na vida social local; promover as relações pessoais e entre as gerações; evitar ou adiar ao máximo o internamento em instituições» (ISS, 2013, p.6). Encaminha-nos, pois, para a ideia de que, e conforme é reforçado também por Jacob (n.d., p.2), «(...) as UTIs são na essência um Centro de Convívio mais desenvolvido e aperfeiçoado».

Ferreira (cit. por Jacob, n.d., p.2) sublinha que

as UTIs, ao mesmo tempo, têm como objetivo contribuir para reduzir o isolamento e solidão dos idosos, e reintegrá-los na sociedade, resgatando a sua cidadania e a sua participação na produção de novos valores, bem como atuar na redefinição das imagens da velhice e do envelhecimento, e das relações entre gerações, aproximando-se, com esses objetivos, das propostas mais gerais dos centros de convivência.

Página | 54

Atente-se que atualmente, está a decorrer uma petição pública, para entregar à Assembleia da República, na qual se requiere o reconhecimento oficial do papel social das UTI.

Na referida petição evidencia-se que

vários estudos científicos e académicos indicam que a realização de atividades intelectualmente e socialmente estimulantes melhoram a qualidade de vida dos seniores e promovem um envelhecimento ativo e saudável. As UTIs são um esforço notável de cidadania ativa por parte das organizações da sociedade civil e de algumas autarquias em prol da educação e formação ao longo da vida para os mais velhos.¹

As UTI visam o combate à solidão, ao isolamento dos mais velhos através do conhecimento e do convívio. Além de um projeto educativo/formativo emergem como um projeto social.

Concomitantemente, pode acrescentar-se que o investimento nestas instituições permite que o idoso tenha uma vida mais saudável o que vai evitar que se sinta doente e acorra aos cuidados de saúde com tanta frequência, pelo que seria um investimento que o estado podia fazer. (Monteiro e Neto, 2008, p.60)

¹ <http://www.rutis.org/cgi-bin/reservado/scripts/command.cgi?naction=10&newsid=EFAAFpFZFEKRYgWzLe>

Num estudo efetuado pelo Núcleo de Investigação Sénior da RUTIS (cit. por Jacob, 2007), conclui-se, também, que as UTI contribuem para: a) melhoria da qualidade de vida dos idosos; b) prevenção dos sintomas da depressão; e c) redução do consumo de medicamentos.

Segundo Jacob (n.d., p.3),

as UTIs envolvem várias áreas de intervenção, o ensino não-formal, a cultura, a formação ao longo da vida, a ciência, o lazer e o apoio social. No entanto, é unânime para nós que a referência base para as UTIs portuguesas é a ação social. As componentes culturais e educativas ou formativas são o meio para se alcançar este fim. O grande objetivo é retirar os seniores de casa, do isolamento e proporcionar-lhes regularmente atividades saudáveis, de convívio e participação social.

Ao encontro da tese de Jacob, Cabral e Ferreira (2014: 118), decorrente de estudos desenvolvidos, afirmam precisamente que «as atividades feitas em conjunto; e a rede social em que cada pessoa se insere podem gerar apoio material ou emocional em momentos de necessidade, assim como proporcionar oportunidades de realização pessoal, potenciando a participação cívica e social.»

II – Enquadramento Metodológico

1. Ao encontro de uma realidade: a Universidade Sénior de Monforte

1.1. O estudo de caso

Apesar do movimento das UTI ter proliferado rapidamente e do sucesso alcançado, «(...) ainda são poucas as publicações acerca do desenvolvimento e das atividades das universidades da terceira idade pelos diversos países» (Monteiro e Neto, 2008, p.57). Com o intuito de se contribuir para a investigação nesta área, pretende-se, através de um estudo de caso, equacionar, além do papel educativo, o papel social das UTI, nomeadamente da Universidade Sénior de Monforte.

Por se considerar de extrema relevância a escuta dos autores e atores das UTI, realizou-se um estudo de caso, no qual se pretendeu conhecer a dinâmica de uma UTI (Universidade Sénior de Monforte), a perspetiva de alunos e dirigentes.

Reconhecendo-se a existência de limitações, considerou-se a opção pelo estudo de caso como a mais adequada por, como refere Yin (2005), se constituir como uma estratégia metodológica central ao nível das Ciências Humanas, que permite um aprofundamento em relação ao fenómeno estudado, evidenciando nuances difíceis de serem observadas “a olho nu”.

Tendo em vista a recolha de dados, procedeu-se à realização de entrevistas a cinco alunos (selecionados aleatoriamente) e à responsável pela UTI em estudo. Pelo acompanhamento do processo de petição para efetivação do reconhecimento social das UTI, e por ser o fundador e

presidente da RUTIS, considerou-se fundamental conhecer também, de forma mais próxima, a perspetiva de Luís Jacob acerca do papel social destas universidades.

As entrevistas, aplicadas em junho de 2014, visavam, então, conhecer o ponto de vista dos entrevistados (alunos e dirigente da Universidade Sénior e presidente da RUTIS) acerca do papel das UTI; da motivação e (eventuais) benefícios de frequência das mesmas; das mudanças que se processaram na vida dos indivíduos e do futuro das destas universidades em Portugal. Conforme explicitado, pretendia-se aferir da pertinência de as UTI virem a ser oficialmente reconhecidas, pelo Estado, enquanto respostas sociais.

De forma a melhor enquadrar o contexto em estudo, antes de se proceder à reflexão acerca dos pontos de vista dos entrevistados, efetua-se uma breve caracterização do funcionamento e da dinâmica da Universidade Sénior de Monforte.

1.2. A Universidade Sénior de Monforte

A Universidade Sénior de Monforte foi aprovada, por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal em novembro de 2012, a sua inauguração oficial realizou-se em janeiro de 2013.

À data da inauguração, o autarca do concelho evidenciou as elevadas expetativas em torno do projeto, realçando que a criação da Universidade Sénior de Monforte juntar-se-ia a outras medidas encetadas em matéria de apoio social, especialmente às dirigidas a grupos mais vulneráveis da população, destacando-se os munícipes com idade avançada.

O Diretor da Segurança Social, também presente no dia da inauguração, remeteu para o impacto que estas ações têm na comunidade, neste caso, na população idosa, refletindo-se na manutenção da sua autonomia, no envelhecimento de forma ativa, numa vida mais saudável e na valorização das competências individuais. Neste processo, a atividade intelectual, incrementada através das Universidades Seniores, aliada a uma forte componente de convívio e sociabilização, assume uma funcionalidade preponderante, essencial à qualidade de vida dos idosos, constituindo uma resposta social inovadora.

Esta UTI tem, assim, por objetivos, promover o envelhecimento ativo, desenvolver atividades para os seniores e para a comunidade em geral, promovendo a participação cívica e o desenvolvimento local. As suas atividades e funcionamento fazem parte do plano de atividades elaborado pelo Conselho Local de Ação Social (CLAS) e do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho, para fazer face à fraca resposta social dirigida a uma faixa etária que ainda possui capacidade de mobilização de muitas competências e que apenas dispunha de respostas sociais pontuais, direcionadas unicamente para a atividade física e para visitas culturais,

enquadradas nas iniciativas do município. Conforme relatório enviado, pela Coordenadora desta UTI, para o Serviço de Ação Social do Município, em março de 2014,

a Universidade Sénior de Monforte, desde a sua implementação neste concelho, a 4 de janeiro de 2013, tem vindo a desenvolver um trabalho de apoio e criação de atividades sociais e educativas para a população sénior. (...) Constituiu, neste primeiro ano de atividade, uma resposta social à população sénior, em termos de combate ao isolamento e ao estímulo à aprendizagem.

Integravam o programa do primeiro ano letivo (2012/2013), as disciplinas de Ginástica e Hidroginástica; Museu Vivo; Informática; História Medieval; Turismo e Lazer; Cidadania; Inglês; Teatro; Pintura Decorativa; Tradições, Saberes e Sabores; Saúde; Autobiografia e Escrita Criativa.

No ano letivo 2013/2014, procedeu-se a uma reestruturação da oferta formativa, de acordo com as preferências dos alunos. Incluíram-se as disciplinas de Gastronomia, Música, Tardes Lúdicas e Atelier de Azulejo. Excluíram-se as de Inglês, Autobiografia e Museu Vivo.

A Universidade Sénior de Monforte participa ainda em várias atividades, tais como: atividades do município; convívios com outras UTI do distrito e Encontro Nacional das Universidades Seniores promovido pela RUTIS. Todas as pessoas com mais de cinquenta anos podem frequentar a Universidade Sénior, sendo o único requisito a vontade de aprender e de querer conviver com outras pessoas. Não tem fins de certificação, confere apenas diploma de participação e não existem exames ou faltas. Cada aluno escolhe de entre as disciplinas existentes as que mais lhe agradam.

A frequência na Universidade Sénior de Monforte tem um custo de 1 euro/mês, apesar de a média nacional atingir os 12 euros. Esta decisão, tomada pelo executivo, pretende constituir-se como um fator de abertura deste serviço a toda a população, tendo em consideração o valor da maioria das reformas, quase sempre decorrentes de profissões ligadas ao setor primário.

Atualmente, esta UTI conta com 49 alunos, dos quais 39 são mulheres, com média de 70 anos de idade. A maioria possui, como habilitações literárias, a antiga 4ª classe (atual 4º ano do Ensino Básico). Quase todos os alunos se encontram reformados.

O grupo de professores é constituído essencialmente por funcionários da autarquia, que participam no projeto durante o seu horário de trabalho. Existem também professores voluntários.

1.3. Alguns resultados

Todos os entrevistados demonstraram interesse pela temática em estudo, aceitando colaborar neste projeto de investigação acerca do papel social das UTI, neste caso concreto da Universidade Sénior de Monforte.

Confrontados com o papel das UTI na vida dos idosos, todos remeteram para a sua relevância, afirmando:

É uma coisa muito boa. Faz-me rejuvenescer e sentir que ainda sou útil para os outros. (Entrevistado A)

É um papel muito importante, porque tenho problemas de saúde e também problemas familiares e a universidade ajuda-me muito. Além disso divirto-me imenso. (Ent. B)

Sair da solidão da minha casa... (Ent. C)

Foi uma coisa muito positiva na minha vida. Posso conversar, aprender de tudo um pouco, conviver... (Ent. D)

Preencher o tempo livre e obter conhecimentos. (Ent. E)

Também a dirigente se referiu ao papel da Universidade Sénior de Monforte por «atribuir um papel aos maiores na sociedade que a reforma lhes tirou; dar vida ao seu dia a dia, numa altura onde os filhos já estão ocupados com as suas vidas e não precisam tanto do apoio dos pais.» Ao encontro dos pontos de vista anteriores, também Luís Jacob remeteu para o papel das UTI ao nível da melhoria das condições de vida dos indivíduos, evidenciando a existência de vários estudos que apontam para o facto de as pessoas ficarem mais felizes, menos dependentes do consumo de medicamentos, menos entregues à solidão e à depressão.

Quanto ao entendimento acerca das vantagens das UTI, a maioria dos alunos salientou o fomento do desenvolvimento local, a promoção do convívio, bem como a oportunidade para aprender, atendendo a que muitos, antes, não a tiveram: «aprendizagem para todos aqueles que sempre trabalharam e nunca tiveram oportunidade de aprender. Fazemos amigos e apoiamos-nos uns aos outros» (Ent. C). No entendimento da dirigente, também o município assume um papel preponderante na atividade da UTI, essencialmente por «(...) acompanhar, apoiar, valorizar, divulgar as diversas atividades desenvolvidas no âmbito deste grande projeto que é a Universidade Sénior».

Tendo em consideração o efetivo papel das UTI, o presidente da RUTIS lamenta o facto de as mesmas não se encontrarem reconhecidas oficialmente enquanto resposta social. Sublinha, ainda assim, que «a RUTIS tem feito diversos esforços para inverter esta situação e estamos convictos de que iremos conseguir». Acrescenta que as UTI devem ser consideradas uma resposta social, pois «(...) intervêm diretamente na vida da pessoa, na sua componente

social e de socialização. Mais que uma resposta educativa, as UTIs previnem a exclusão social e o isolamento.»

Os alunos apresentam como principais motivos para a frequência das UTI, e concretamente da Universidade Sénior de Monforte, o “convívio” e o “sair todos os dias de casa”, o que evidencia as vertentes de promoção da socialização e de prevenção ao isolamento. Nas palavras de um dos entrevistados: «Antes, quando trabalhava tinha uma vida ativa, depois reformei-me e foi complicado. Como não é obrigatório e não temos faltas nem grau escolar, preenche o meu tempo de forma útil e posso continuar a dar assistência aos meus netos» (Ent. E).

Questionada acerca do papel social da universidade sénior no concelho, a dirigente frisou que «os mais idosos sem atividade, sem objetivos, sem programa para o dia seguinte, dia após dia, iam perdendo o ânimo e as doenças começam a surgir. O contacto diário com os idosos também permite que haja uma maior perceção dos seus problemas e conduzi-los à sua resolução.» Para além de se constituir como resposta a uma realidade concreta, a Universidade Sénior também parece, assim, apresentar-se como uma forma de observação direta dos problemas das pessoas que a frequentam, promovendo a vigilância social.

Infere-se, igualmente, o impacto das UTI nas diferentes esferas da vida dos indivíduos que as frequentam, destacando-se, ainda assim, a vertente social. Na perspetiva de um dos alunos, «trouxe muitas [mudanças]. Agora tenho sempre vontade de me arranjar, conviver com os professores e com as colegas, aprender tudo (...). Tenho uma rotina, um compromisso diário não obrigatório. Sou uma pessoa importante para a universidade sénior» (Ent.A). Na ótica da dirigente, o impacto é «muito grande. Há idosos que parecem que ganharam 10 anos e não estou a exagerar. O facto de estarem ocupados, de sentirem que têm um lugar na sociedade, de se aperceberem que estão a aprender coisas novas, fá-los ganhar uma energia e vida que nos surpreende a cada dia que passa.» O rejuvenescimento, o papel, o lugar em sociedade constituem, no entendimento da dirigente, o real impacto para os seniores. Também Luís Jacob evidencia o facto de os alunos se encontrarem mais felizes, menos sós e deprimidos.

Em relação ao futuro das UTI, é unânime, por parte dos alunos, a perceção de que se encontram «em constante evolução, ter[ão] mais pessoas envolvidas, apesar de [se chamar a atenção para o facto de] o futuro no nosso país ser um pouco limitado» (Ent. E). Nesta linha de ideias, expressa-se um voto: «(...) que o Estado olhasse para a universidade sénior como uma entidade produtiva. Que continuem a ter o mesmo papel para apoiar os mais velhos. Já trabalhamos muito e agora têm que fazer por nós» (Ent. A). Realça-se, no entanto, que «somos

todos responsáveis para as tornar ainda melhor. Está nas mãos de professores e alunos. Mostrar trabalho, mostrar que todas as pessoas são válidas...» (Ent. C).

Também a dirigente da Universidade Sénior de Monforte remete para a necessidade de o Estado «(...) continuar a apoiar este projeto, implicando os diversos atores. (...) Será também importante a criação do estatuto de utilidade pública, pois segundo julgo saber iriam obter verba do próprio estado». A dirigente destaca, pois, a importância do reconhecimento público e do apoio financeiro às UTI. A este propósito, Luís Jacob considera determinante «a vontade política, porque os estudos mostram as vantagens das UTIs e as propostas para a regulamentação já foram apresentadas, pela RUTIS, ao governo». Pela sua relevância, considera fundamental que «haja o reconhecimento do papel social das UTIs, por isso decorre, no presente, a petição para levar à Assembleia da República».

Da análise dos dados recolhidos nas entrevistas pode-se ajuizar que, para além de educativo, se verifica efetivamente um papel social das UTI e, neste caso concreto, da Universidade Sénior de Monforte.

Considerações Finais

Retomando as premissas iniciais, a realidade portuguesa, no que ao panorama demográfico diz respeito, impele a refletir sobre as respostas sociais existentes para os idosos, equacionando-se os interesses e as necessidades deste grupo etário. Como afirmam Martin *et al* (2007: 179),

em termos de estratégia política, considerar unicamente as necessidades de cuidado por parte dos agentes políticos seria um equívoco, sobretudo porque a maioria da população idosa não se encontra em condições de dependência e em segundo lugar porque muitos dos programas ligados ao envelhecimento ativo e ao envelhecimento produtivo, têm consequência positiva em termos de prevenção primária da própria dependência.

Os dados recolhidos, bem como os estudos que têm sido desenvolvidos por diferentes autores, encaminham para o facto de as UTI se constituírem como uma resposta inovadora em termos sociais e educativos, de determinante importância para os que a frequentam. A Universidade Sénior de Monforte, pelo trabalho e atividades que desenvolve no concelho com e para os maiores de cinquenta anos, apresenta-se como exemplo disso. É inerente, nas formas de atuação e planificação, a existência de um trabalho de intervenção social direta e indireta, pela atuação de e para as pessoas. Para terminar, e recorrendo uma vez mais às palavras de um dos alunos, «(...) *dão-nos muito apoio que é o que nós precisamos*» (Ent. D).

Bibliografia

Assembleia da República (1983). *Programa do IX Governo Constitucional*. Lisboa: Assembleia da República/Direcção-Geral dos Serviços Técnicos.

Cabral, M. e Ferreira, P. (2014). *O Envelhecimento Ativo em Portugal. Trabalho, Reforma, Lazer e Redes Sociais*. Lisboa: Fundação Manuel dos Santos.

Cachioni, M. (1999). *Universidades da terceira idade: das origens à experiência brasileira*. In A. Neri & G. Débert (Orgs). *Velhice e Sociedade* (pp.141-178). Campinas: Papirus Editora.

Castro, J. & Imaginário, L. (2011). *Psicologia da Formação Profissional e da Educação de Adultos. Passos Passados, Presentes e Futuros. Colectânea de textos*. Porto: LivPsic.

Daniel, F. (2009). *Profissionalização e Qualificação da Resposta Social em Portugal. Interações*, 17, pp.65-74.

Formosa, A. (2000). *Older adult education in a Maltese University of the Third Age: a critical perspective. Education and Age*, nº13, pp.315-338.

Iss (2013). *Guia Prático. Apoios Sociais - Idosos*. Lisboa: Instituto de Segurança Social.

Jacob, L. (2007). *Qualidade de vida dos seniores. A importância das Universidades da Terceira Idade. Medicina e Saúde*. Acedido em http://medicosdeportugal.saude.sapo.pt/utentes/senior/qualidade_de_vida_dos_seniores_e_m_portugal_a_importancia_das_universidades_da_terceira_idade/1, a 25 de junho de 2014.

Jacob, L. (2012). *Universidades Seniores: Criar novos projetos de vida*. RUTIS, nº3. Almeirim: RUTIS.

Jacob, L. (2012a). *Guia Técnico da RUTIS*. Almeirim: RUTIS.

Jacob, L. (2013). *A educação e os seniores por Luís Jacob*. Almeirim: RUTIS.

Jacob, L. (n.d). *Universidades da Terceira Idade. Uma resposta social ou educacional?*. Almeirim: RUTIS.

Martin, I.; Gonçalves, D.; SILVA, A.; PAUL, C.; CABRAL, F. (2007). *Políticas sociais para a terceira idade: a idade da realização*. In A. Osório & F. Pinto (coords). *As pessoas idosas. Contexto social e intervenção educativa* (pp.131-180). Lisboa: Instituto Piaget.

Monteiro, H. & NETO, F. (2008). *Universidades da Terceira Idade. Da solidão aos motivos para a sua frequência*. Porto: Livpsic.

Neri, A. & Cachioni, M. (1999). *Velhice bem sucedida e educação*. In A. Neri & G. Débert (Orgs). *Velhice e Sociedade* (pp.113-139). Campinas: Papirus Editora.

Osório, A. (2007). *La formación en la adultez tardía. Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano 41-3, pp.11-32.

Osório, A. (2007a). *Os idosos na sociedade atual*. In A. Osório & F. Pinto (coords). *As pessoas idosas. Contexto social e intervenção educativa* (pp.11-46). Lisboa: Instituto Piaget.

YIN, R. (2005). *Estudo de Caso. Planejamento e Metodos*. Porto Alegre: Bookman.

Lei n.º4/2007 de 16 de janeiro. *Diário da República n.º11 – Série I*. Assembleia da República. Lisboa.

Decreto-Lei n.º33/2014 de 4 de março. *Diário da República n.º44 – Série I*. Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. Lisboa.

Notas sobre as autoras:

Luísa Carvalho

luisacarvalho80@gmail.com

Instituto Politécnico de Portalegre – Portugal

Maria Fonseca da Silva

mjjts@sapo.pt

Universidade Sénior de Monforte – Câmara Municipal de Monforte